

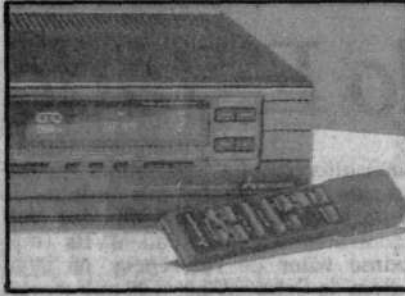
Divulgação

Vôos controlados

Criado em 1975 pelo Ministério da Aeronáutica, o Cindacta é o sistema que gerencia todo o tráfego aéreo brasileiro. Computadores processam os dados enviados pelos radares e depois os enviam aos painéis de controle (foto).

PÁG. B-3

Mauro Holanda



Importado mais barato

A importadora paulista Clóvis & Vera está comercializando duas mil unidades do videocassete Mitsubishi HS-33UR, de procedência japonesa. Apesar de importado, o equipamento custa Cz\$ 17 mil, preço abaixo de alguns modelos nacionais.

PÁG. B-5

Mauro Holanda



Truques fotográficos

O que se vê ao lado não é uma foto de gêmeos, como pode parecer aos desavisados. Sem investir fortunas em lentes e equipamentos, é possível obter efeitos especiais como este, usando somente muita imaginação e objetos do cotidiano.

PÁG. B-12

CONSTITUINTE Debates podem irromper as paredes do Congresso

— Informativa
Se os constituintes aprovarem, será possível acompanhar por terminal a redação da nova Carta

DAVID RATCOV
Especial para a Folha Informática

Quando o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, 54, declarou instalado o Congresso constituinte, na tarde do dia 1º, os trabalhos já tinham sido iniciados há pelo menos um ano. Centenas de terminais de computadores haviam sido espalhados nos gabinetes de deputados, senadores e lideranças partidárias de quatorze Estados, bancos de dados já tinham acumulado milhares de propostas vindas dos mais diversos cantos do país, assinadas por associações de classe e cidadãos comuns que resolveram manifestar seus pontos de vista, recortes de jornais estavam sendo organizados e pelo menos quarenta constituições de todo o mundo começavam a ser consultadas por assunto, via computador. No dia 1º só não estava devidamente informatizado o principal: a maneira como os temas e os debates dos constituintes serão realizados, tramitados, arquivados e acessados, nem quem poderá acessar estas informações. Isto dependerá da votação do regimento interno do Congresso constituinte e, demore o quanto demorar, assim que for decidido o sistema informatizado poderá esta funcionando uma semana depois.

"A disseminação das informações depende, naturalmente, de uma decisão da própria Assembléia (nome oficial do Congresso constituinte)", afirma Rui Oscar Dias Janiques, 38, diretor executivo do Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal) e supervisor geral do Projeto Constituinte. Mas a informatização de milhares de documentos relacionados com os trabalhos do Congresso constituinte, em fase bem adiantada, já permite a emissão de relatórios sobre uma quantidade enorme de assuntos de interesse dos constituintes.

Faltam terminais

Estão instalados 566 terminais em Brasília e em órgãos públicos federais, estaduais e municipais de quatorze Estados. Parte deles serão implantados nas assembleias legislativas, mas também são encontrados em ministérios, tribunais de conta e em algumas entidades regulamentadas por lei, como a Federação Nacional dos Bancos ou a Confederação

Nacional da Indústria. Isto significa que, por enquanto, não existem terminais suficientes para os 559 constituintes acessarem os bancos de dados. Nos Estados, este privilégio estará nas mãos das lideranças dos partidos com bancadas nas assembleias legislativas. Nada impede que as informações sejam acessadas por cidadãos, mas também não ficou definido que os detentores dos terminais sejam obrigados a cedê-los para eventuais interessados.

Estes terminais acessarão o computador do Prodasen, que montou quatro programas de armazenamento de informações e sugestões relativas à Constituinte. São os bancos de dados Fala Cidadão, Debates e Propostas, Constituições e Recortes de Jornais sobre a Constituinte e Areas Afins (Jorn). Estes bancos, destinados a auxiliar os constituintes, estão franqueados a qualquer cidadão ou entidade, em Brasília.

Arquivo de documentos

O banco de dados Debates e Propostas pretende acolher as sugestões enviadas pelos diversos grupos sociais organizados, como sindicatos, partidos, associações de classe, igrejas, seções regionais da Ordem dos Advogados do Brasil ou da Associação Brasileira de Imprensa. Estima-se que já estejam arquivados aproximadamente cinco mil documentos recebidos até agora, entre eles todo o acervo da Comissão Afonso Arinos — comissão de notáveis nomeada pelo governo para elaborar o anteprojeto da Constituição que seria adotado como proposta de executivo, mas foi recusado. Compreende o material recolhido dos vários contatos realizados por seus membros durante a confecção deste anteprojeto.

Na opinião do diretor executivo do Prodasen, não será possível processar integralmente muitos dos documentos enviados devido às limitações técnicas frente ao volume de informações. "Temos contribuições de até quatrocentas páginas", diz. As propostas que não se enquadram aos critérios estabelecidos de extensão física terão sua localização garantida através de suas principais referências, como assunto e autor, indexadas no banco de dados. "Estes documentos serão depositados num local de fácil acesso, provavelmente na biblioteca do Senado e poderão ser xerografados", afirma Janiques. O

acesso a eles será liberado até o final de março ou começo de abril.

Várias constituições

Os constituintes poderão ser contrariados por lobbies ou por falta de cadeiras suficientes no plenário da Câmara, mas nunca por falta de subsídios técnicos, graças ao conteúdo do banco de dados Constituições. Esse programa receberá os textos integrais das sete constituições que o Brasil já teve, e mais trinta ou quarenta textos de outros países como Estados Unidos, União Soviética, Chile e Cuba. O Prodasen estuda a organização por temas específicos e quem estiver interessado em saber, por exemplo, sobre o tema "Organização do Estado" encontrará num índice remissivo tudo o que existe sobre o assunto nas constituições armazenadas. O banco Constituições estará a disposição para consulta a partir de março.

Por último, o Jorn (Recortes de Jornais sobre a Constituinte e Areas Afins) é um programa cujo conteúdo está explícito no próprio nome. Este banco detém uma certa autonomia em relação ao projeto global por ser coordenado e executado pela subsecretaria da biblioteca do Senado. O acervo tem aproximadamente seis mil recortes de oito jornais de grande circulação no país. O arquivo começou em 1972, mas a indexação do material está sendo feita há um mês. Até agora foram processados 810 documentos numa média de trezentos por semana. Os recortes são armazenados com dados sobre o autor, assunto, periódico, título, data e seção do jornal. Isto possibilita a sua localização no arquivo da biblioteca ou do próprio jornal. Já pode ser consultado o material de setembro de 1986 a janeiro de 1987.

Mais um computador

Preocupado com a limitação de acesso aos bancos de dados, o Prodasen está se preparando para aumentar a capacidade de armazenamento. Atualmente o Senado Federal conta com um computador de grande porte IBM 3081 e outro computador IBM 3084 já está sendo negociado por Cz\$ 25 milhões. A compra, no entanto, depende da autorização da próxima mesa diretora do Senado Federal.

Dentro do programa de expansão foram feitas licitações para locação de até duzentos terminais Proceda, no valor total de Cz\$ 837.069,00 e 125 impressoras Tecnopop, por um custo global de Cz\$ 4.800.875,00. O contrato prevê aluguel por um ano com execução de serviços de assistência técnica e manutenção.

27 mil sugestões já foram processadas

As vinhetas veiculadas pela Rede Globo no início de 86, estimulando a população a enviar sugestões para a Constituinte, renderam até o momento cinquenta mil respostas que estão sendo cadastradas no banco de dados Projeto de Apoio Informativo à Constituinte ou, simplesmente, Fala Cidadão. Segundo Marcos Vinícios Gonzaga, coordenador da equipe designada para operacionalizar o projeto, já foram processadas 27 mil sugestões que podem dar uma idéia das preocupações do brasileiro e cujo acesso para pesquisa deverá ser liberado até o final do mês, ao mesmo tempo em que continuarão sendo processadas as milhares de outras propostas.

Foram estruturados até o momento 1.730 assuntos agrupados em 21 catálogos ou temas gerais. Nos primeiros cruzamentos de informações,

percebe-se especial ênfase em questões como corrupção, justiça social, política de emprego, punição, reforma agrária, salário e sistema educacional, mas a porcentagem catalogada como "outros temas" (71%) inibe, por enquanto, uma avaliação mesmo que aproximada. "Recebemos cartas que vão da mais alta especialização e profundidade até declarações que são verdadeiros desabafos. Sem dúvida, temos um leque bem extenso de opiniões", afirma Gonzaga.

O banco de dados está sendo alimentado com o nome, endereço, faixa de renda, faixa etária e ramo de atividade dos proponentes (estas informações só serão fornecidas para os políticos que tenham sido nominalmente citados como destinatários da sugestão). Os constituintes poderão requisitar relatórios segmentados sobre contribuições enviadas, por

exemplo, apenas por mulheres com mais de trinta anos, de seu Estado, com faixa de renda abaixo de três salários mínimos.

O retorno de cinquenta mil propostas para os quinze milhões de formulários que foram distribuídos para as prefeituras, câmaras municipais e agências de correio, na época da transmissão das vinhetas pela televisão, é considerado baixo, mas o Prodasen prevê que, com o início dos trabalhos constituintes, haverá um crescimento de sugestões recebidas e o Fala Cidadão continuará sendo alimentado, a menos que o Congresso constituinte decida o contrário.

Quem estiver interessado em enviar sugestões para o Congresso constituinte deverá escrever para o Senado Federal, via N2, anexo C do Senado Federal, CEP 70.160, Brasília (DF).

Tecnologia e privacidade causarão polêmica entre os congressistas

Do Sucursal de Brasília

A informática esteve presente na campanha de vários deputados e senadores, geralmente identificados com posições nacionalistas. Embora de pouco apelo popular (a maioria da população desconhece seu significado ou importância), promete polarizar as discussões do Congresso constituinte que, pela primeira vez, introduzirá o termo tecnologia num texto constitucional brasileiro. Os debates, contudo, não serão propriamente técnicos, na medida em que a legislação referente ao tema envolve direitos e garantias pessoais, privacidade e controle da informação, direitos trabalhistas e o papel estratégico do Estado no suporte à pesquisa e ao desenvolvimento da indústria nacional.

O assunto foi tratado em dois conhecidos anteprojetos de Constituição, o da Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, hoje senador constituinte (PFL-RJ), e a proposta do professor-titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Fábio Konder Comparato, feita a pedido do Partido dos Trabalhadores. A Secretaria Especial de

Informática (SEI) desconhece qualquer outra proposta apresentada por entidades empresariais ou profissionais do setor, ou que tenha sido organizada como anteprojeto por algum outro constituinte. Por esse motivo está "mapeando" o Congresso constituinte para identificar as tendências dos parlamentares e traçar uma estratégia de acompanhamento do tema durante os trabalhos.

As normas que afetam diretamente a todos os cidadãos referem-se aos cadastros eletrônicos e estão contidas no artigo 17 do projeto Afonso Arinos, que proíbe o registro informático "sobre convicções pessoais, atividades políticas ou vida privada" e assegura o acesso às informações pessoais registradas por entidades públicas ou particulares bem como o direito de correção de informações distorcidas.

O projeto Comparato, mais enxuto (252 artigos), dedica dois artigos à privacidade, proibindo a divulgação de informações sobre a vida íntima e familiar das pessoas (artigo 33) como também a operação de serviços de informação pessoal pelo Estado (artigo 34). Segundo Comparato, o objetivo é extinguir o Serviço Nacio-

nal de Informações (SNI). Os cadastros policiais e militares seriam autorizados, desde que o cidadão tivesse acesso ao teor destes registros.

O quarto capítulo do anteprojeto Afonso Arinos, dedicado à Ciência e Tecnologia, atribui ao Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor. Para isso, o artigo 405 já estabelece a reserva interna de mercado quando o desenvolvimento econômico e tecnológico exigir. Este condicional estende, portanto, a experiência da informática para qualquer setor de tecnologia de ponta.

Dois parágrafos do mesmo artigo obrigam as empresas privadas do setor de tecnologia de ponta a investir em pesquisa. No caso das empresas estatais, é fixado um mínimo de 5% dos seus lucros para investimento.

O artigo 406, específico para a informática, determina que o governo utilize preferencialmente os serviços e bens produzidos por empresas nacionais. Também veta transferências de dados para centrais estrangeiras de processamento, "salvo nos casos previstos em acordos, quando há reciprocidade".